



CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA

EDUCAR HOJE E AMANHÃ *Uma paixão que se renova*

Instrumentum laboris

2014

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

I. PONTOS DE REFERÊNCIA ESSENCIAIS

1. A Declaração *Gravissimum educationis*

- a) *Contexto histórico-social e o papel dos cristãos*
- b) *Visão teológico-espiritual*

2. A Constituição apostólica *Ex corde Ecclesiae*

II. QUE TIPO DE ESCOLA E DE UNIVERSIDADE CATÓLICA

- 1. Construir um contexto educativo
- 2. Introduzir à investigação
- 3. Fazer do ensino um instrumento de educação
- 4. A centralidade da pessoa que aprende
- 5. A diversidade da pessoa que aprende
- 6. O pluralismo das instituições educativas
- 7. A formação dos professores

III. DESAFIOS EDUCATIVOS HOJE E AMANHÃ

1. Os desafios da escola católica

- a) *O desafio da identidade*
- b) *O desafio da comunidade escolar*
- c) *O desafio do diálogo*
- d) *O desafio da sociedade da aprendizagem*
- e) *O desafio da educação integral*
- f) *O desafio da carência de meios e de recursos*
- g) *Desafios pastorais*
- h) *O desafio da formação religiosa dos jovens*
- i) *Os desafios específicos para uma sociedade multirreligiosa e multicultural*

j) O desafio da formação permanente dos professores

k) Os lugares e os recursos desta formação

l) Alguns desafios de ordem jurídica

a) Internacionalização dos estudos universitários

b) Utilização dos recursos online nos estudos universitários

c) Universidade, empresas e mundo do trabalho

d) A qualidade das instituições académicas

e) A governance

f) O desafio da mudança e a identidade católica da universidade

CONCLUSÃO

QUESTIONÁRIO

APRESENTAÇÃO

Os Membros da Assembleia Plenária da Congregação para a Educação Católica, convocada em 2011, aceitando o convite do Papa Bento XVI, confiaram ao Dicastério de preparar o 50º aniversário da Declaração *Gravissimum educationis* e o 25º aniversário da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*, que ocorrem em 2015, com o objectivo de relançar o empenho da Igreja no campo da educação.

Há duas etapas principais que marcaram o caminho de preparação: um seminário de estudo com especialistas de todo o mundo, realizado em Junho de 2012, e a Assembleia Plenária dos Membros da Congregação, que se reuniu em Fevereiro de 2014.

As ideias amadurecidas nestas reuniões encontram ressonância no presente *Instrumentum laboris* “Educar hoje e amanhã. Uma paixão que se renova”. Neste texto são recordados os pontos de referência essenciais dos dois documentos, as características fundamentais das escolas e das universidades católicas, e são esboçados os desafios que as instituições educativas católicas são chamadas a responder através do seu projecto específico.

Nos anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II, o Magistério dos Papas referiu com insistência a importância da educação em geral e o contributo que a comunidade cristã está chamada a dar-lhe. Acerca deste tema, também a Congregação para a Educação Católica interveio com vários documentos. Os aniversários de 2015 tornam-se, portanto, uma ocasião oportuna e valiosa para recolher os ensinamentos do Magistério e traçar as directrizes para as futuras décadas.

O *Instrumentum laboris* foi preparado para esta finalidade. Traduzido em várias línguas, destina-se, em primeiro lugar, às Conferências Episcopais, à União dos Superiores Gerais e à União Internacional das Superiores Gerais das Congregações religiosas, às associações nacionais e internacionais de professores, pais, alunos e ex-alunos, bem como à dos dirigentes, e às comunidades cristãs para reflectir sobre a importância da educação católica no contexto da nova evangelização. Tal documento pode ser usado para se realizar uma avaliação nesta área pastoral de empenho da Igreja, mas também para promover iniciativas de actualização e de formação dos vários agentes nas escolas e nas universidades católicas.

O *Instrumentum Laboris* pode-se encontrar online nos seguintes endereços

<http://www.educatio.va/content/cec/it/documentazione-e-materiali/documenti-della-congregazione.html> e

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/index_it.htm

Tal documento termina comum questionário para o qual todos são convidados a responder, para dar à Congregação para a Educação Católica indicações, sugestões e propostas que serão tidas em consideração, tendo em vista os eventos que estão sendo programados, em particular o Congresso Mundial que se realizará em Roma, de 18 a 21 de Novembro de 2015. Para este efeito, é necessário que as respostas ao questionário sejam enviadas para o Dicastério até ao dia 31 de Julho de 2014 (educat2015@gmail.com).

Card. Zenon Grocholewski,
Prefeito

Cidade do Vaticano, 7 de Abril de 2014

INTRODUÇÃO

A cultura actual é permeada por várias problemáticas que provocam uma difusa “emergência educativa”. Com esta expressão, nos referimos à dificuldade em estabelecer relações educativas que, para serem autênticas, devem transmitir às jovens gerações valores e princípios vitais, não só para ajudá-las a crescer e amadurecer individualmente, mas também para contribuir na construção do bem comum.

A educação católica, com as suas numerosas escolas e universidades espalhadas pelo mundo, dá um contributo relevante às comunidades eclesiais comprometidas na nova evangelização, e contribui também para que as pessoas e a cultura assimilem os valores antropológicos e éticos que são necessários para construir uma sociedade solidária e fraterna^[1].

I. PONTOS DE REFERÊNCIA ESSENCIAIS

Em 2015 festejam-se dois aniversários: os 50 anos da *Gravissimum educationis*^[2], o documento sobre a educação emanado pelo Concílio Vaticano II em 28 de Outubro de 1965, e os 25 anos da *Ex corde Ecclesiae*^[3], a Constituição apostólica sobre a identidade e a missão da universidade católica, promulgada por João Paulo II em 15 de Agosto de 1990; embora tenham naturezas diferentes, constituem, para a Congregação para a Educação Católica, um ponto de referência essencial.

Este *Instrumentum laboris* deseja ser um documento de orientação, predisposto para acompanhar as iniciativas de estudo e os eventos eclesiais e culturais das Igrejas particulares e das associações. Ao mesmo tempo, pretende oferecer estímulos para traçar novos projectos e percursos educativos para o futuro.

1. A Declaração *Gravissimum educationis*

A Declaração *Gravissimum educationis* tinha por objectivo chamar a atenção de todos os baptizados para a importância da questão educativa. Tal documento, que pretendia fornecer algumas orientações básicas sobre os problemas da educação, deve ser enquadrado no conjunto do ensinamento conciliar e lido junto com os outros textos aprovados pelo Concílio. A *Gravissimum educationis*, como declara na sua introdução, não deve ser vista como a resposta definitiva para todos os problemas da educação, mas como um documento que foi entregue a uma especial Comissão pós-conciliar – que se tornou a Secção das Escolas da Congregação para a Educação Católica –, com o objectivo de desenvolver ulteriormente os

princípios da educação cristã, e também às Conferências Episcopais para aplicá-los às diversas situações locais. Entre os muitos elementos de conexão que a Declaração apresenta com os documentos conciliares (concernentes à liturgia, ao ministério dos bispos, ao ecumenismo, ao papel dos leigos, às comunicações sociais...), talvez os mais significativos se refiram às duas Constituições maiores, a *Lumen gentium* (promulgada em 21 de Novembro de 1964) e a *Gaudium et spes* (promulgada em 7 de Dezembro de 1965). A *Gravissimum educationis* faz várias referências à Constituição dogmática sobre a Igreja, *Lumen gentium*, assim como à Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, *Gaudium et spes*, no capítulo II da Parte II (dedicado à *Conveniente promoção do progresso cultural*) reencaminha para a *Gravissimum educationis*. A análise coordenada dos três documentos revela-se particularmente preciosa pela ajuda que pode fornecer em relação às duas dimensões que a educação, assumida numa perspectiva de fé, deve necessariamente considerar: a dimensão secular e a dimensão teológica e espiritual.

a) Contexto histórico-social e o papel dos cristãos

Desde o tempo do Concílio, o contexto histórico-social mudou muito no plano da visão do mundo, mas também em termos de conceitos ético-políticos. A década de 1960 foi um período de espera confiante, graças à convocação do Concílio, mas graças também a uma maior distensão na relação entre os Estados. O cenário mudou profundamente em relação ao passado. Evidenciou-se um forte impulso à secularização. O processo de globalização cada vez mais acentuado, ao invés de favorecer a promoção do desenvolvimento das pessoas e uma maior integração entre os povos, parece limitar a liberdade dos indivíduos e afunilar os contrastes entre os vários modos de conceber a vida pessoal e colectiva (com posições oscilantes entre o mais rígido fundamentalismo e o mais céptico relativismo). Não menos significativos são alguns fenómenos de natureza eminentemente económica e política, como o ataque ao *Welfare State* e aos direitos sociais, o triunfo do liberalismo com as suas nefastas repercussões no plano educacional e escolar. Todavia essas mudanças, em relação àquelas dos anos 60, não só não invalidam o magistério expresso pelo Concílio sobre temáticas educacionais, mas colocam em relevo a sua dimensão profética. Tanto a *Gravissimum educationis* quanto a *Gaudium et spes* (nn. 59-60) contêm orientações de grande visão futura e fecundidade histórica, que podem servir para enfrentar também muitos dos desafios actuais:

- A afirmação da disponibilidade da Igreja em realizar uma obra de serviço para apoiar a promoção das pessoas e a construção de uma sociedade cada vez mais humana.
- O reconhecimento da instrução como ‘bem comum’.
- A reivindicação do direito universal à educação e à instrução para todos, que tem ampla aceitação nas declarações dos organismos internacionais como a UNESCO (EFA: Education for All).
- O apoio implícito a todos os homens e a todas as instituições internacionais que, lutando por esse direito, opõem-se ao liberalismo imperante.
- A tese segundo a qual a cultura e a educação não podem ser subservientes ao poder económico e às suas lógicas.
- O convite para que a comunidade e cada pessoa apoiem a participação da mulher na vida cultural.
- A formação de um contexto cultural de “novo humanismo” (GS, n. 55), com o qual o Magistério está em constante diálogo^[4].

b) Visão teológico-espiritual

Igualmente importante é a ajuda que o magistério conciliar é capaz de oferecer à dimensão da educação cristã, como formação espiritual e teológica do batizado e da sua consciência. O n. 2 da *Gravissimum educationis* e os números 11 e 17 (além de 35 e 36) da *Lumen gentium* contêm algumas perspectivas relevantes, entre as quais vale a pena salientar:

- A apresentação da educação cristã como obra de evangelização/missão (*Lumen gentium*, n. 17).
- A ênfase do perfil educativo fundamental para os batizados que só pode ser de ordem sacramental: ele deve ser centralizado no batismo e na eucaristia (*Lumen gentium*, n. 11).
- A exigência de que, mesmo respeitando essa sua especificidade, a educação cristã proceda no mesmo ritmo da educação humana, para evitar que a vida de fé seja vivida ou compreendida apenas separada das outras actividades da vida humana.
- O convite para assumir a educação cristã no quadro da fé de uma Igreja pobre pelos pobres (*Lumen gentium*, n. 8), segundo o que parece ser, hoje, um dos pontos fortes da mensagem eclesial.

2. A Constituição apostólica *Ex corde Ecclesiae*

A *Gravissimum educationis* tinha dedicado uma especial atenção às escolas e às universidades católicas, fornecendo também sobre esses pontos algumas orientações significativas. O documento sublinhava que, sobretudo as universidades, deviam estar ao serviço da sociedade e não só da Igreja, «porém, que brilhem não pelo número mas pela dedicação à ciência» (*Gravissimum educationis*, n. 10), pois é melhor ter poucas universidades católicas e ótimas, do que muitas e medíocres. Na visão dos padres conciliares, o objectivo essencial de uma instrução superior católica era o de preparar os estudantes para assumir plenamente as responsabilidades culturais, sociais e religiosas que lhes seriam pedidas. Nessa óptica, consideravam necessário que as universidades católicas se esforçassem em promover uma autêntica investigação científica.

Em 1990 João Paulo II emanava a Constituição apostólica *Ex corde Ecclesiae*, que queria chamar a atenção para a importância de uma universidade católica, como instrumento privilegiado para chegar à verdade sobre a natureza, sobre o homem e sobre Deus; e também para favorecer um diálogo franco entre a Igreja e todos os homens de qualquer cultura. Em linha com a Declaração conciliar, a Constituição ressaltava que a universidade católica, como universidade, deveria desempenhar de maneira digna as funções de pesquisa, de ensino e de serviço cultural próprias de uma instituição académica; e, enquanto católica, deveria poder:

- a) ter uma inspiração cristã não só por parte dos indivíduos, mas também da comunidade universitária considerada como tal;
- b) promover uma reflexão incessante, à luz da fé católica, sobre os processos e as conquistas do estudo e do conhecimento, dando também a própria e original contribuição;
- c) permanecer fiel à mensagem cristã, assim como é apresentada pela Igreja;
- d) colocar-se a serviço do povo de Deus e de toda a convivência humana no esforço que faz para ter acesso à verdade.

João Paulo II convidava também os membros das universidades católicas a consciencializar-se das implicações éticas e morais das suas pesquisas e favorecer o diálogo entre as várias disciplinas, a fim de evitar uma visão fechada e particularista, e favorecer a elaboração de uma visão sintética das coisas, sem por isso colocar em discussão a integridade e as metodologias da própria disciplina. Foi dado uma relevância especial ao diálogo entre os vários saberes e a teologia, no sentido de que esta teria podido ajudar as outras disciplinas a aprofundar cada uma das razões e o significado da própria acção, assim como os outros

saberes teriam podido estimular a pesquisa teológica para confrontar-se com os problemas da vida e ter uma melhor compreensão do mundo. O Papa considerava necessário que cada universidade católica possuísse uma faculdade ou, pelo menos, uma cadeira em teologia (cfr *Ex corde Ecclesiae*, n. 19).

Se pensarmos na situação de fragmentação do saber académico hoje, não se pode deixar de afirmar quanto a ideia de João Paulo II de uma universidade que, fiel à sua vocação original, incentive o confronto entre os diversos sectores disciplinares, se revela de grande actualidade e pode oferecer preciosas indicações para quem trabalha no sector da instrução superior.

II. QUE TIPO DE ESCOLA E DE UNIVERSIDADE CATÓLICA?

À luz do Magistério da Igreja e diante das necessidades e dos desafios da sociedade de hoje, como devem ser a escola e a universidade católica?

A escola e a universidade são lugares de educação à vida, ao desenvolvimento cultural, à formação profissional, ao empenho pelo bem comum; representam uma ocasião e uma oportunidade para compreender o presente e para imaginar o futuro da sociedade e da humanidade. A raiz da proposta formativa é o património espiritual cristão, em constante diálogo com o património cultural e as conquistas da ciência. Escolas e universidades católicas são comunidades educativas nas quais a experiência de aprendizagem se alimenta da integração entre pesquisa, pensamento e vida.

1. Construir um contexto educativo

A escola e a universidade católica educam, antes de tudo, através do contexto de vida, do clima que os estudantes e professores criam, no ambiente em que desenvolvem as actividades de instrução e de aprendizagem. Esse clima é imbuído pelos valores não só afirmados, mas vividos, pela qualidade dos relacionamentos interpessoais que ligam os professores aos alunos e os alunos entre eles, pelo cuidado que os professores têm diante das necessidades dos alunos e das exigências da comunidade local, pelo claro testemunho de vida oferecido pelos professores e por todos os funcionários das instituições educativas.

Mesmo na pluralidade dos contextos culturais e na variedade das possibilidades educativas e dos condicionamentos em que se trabalha, existem algumas qualidades que uma escola e uma universidade católica devem saber exprimir:

- o respeito pela dignidade de cada pessoa e pela sua unicidade (e, portanto, a rejeição de uma educação e instrução de massa, que tornam a pessoa humana manipulável e a reduzem a um número);
- a riqueza de oportunidades oferecidas aos jovens para fazer crescer e desenvolver as próprias capacidades e talentos;
- uma equilibrada atenção aos aspectos cognitivos, afectivos, sociais, profissionais, éticos, espirituais;
- o encorajamento para que cada aluno possa desenvolver os próprios talentos, num clima de cooperação e de solidariedade;
- a promoção da pesquisa científica como empenho rigoroso em relação à verdade, com a consciência dos limites do conhecimento humano, mas também com uma grande abertura da mente e do coração;
- o respeito pelas ideias, a abertura ao confronto, a capacidade de discutir e colaborar num

espírito de liberdade e de atenção pela pessoa.

2. Introduzir à investigação

A escola e a universidade são lugares em que se introduz ao conhecimento e à dimensão da investigação científica. Uma das principais responsabilidades dos professores é aproximar as jovens gerações ao conhecimento, ajudando-as a compreender as conquistas do conhecimento e as suas aplicações. O esforço do conhecimento e da pesquisa não deve ser separado do sentido ético e do transcendente. Nenhuma ciência verdadeira pode negligenciar as suas consequências éticas e não existe verdadeira ciência que afaste da transcendência. Ciência e ética, ciência e transcendência não se excluem reciprocamente, mas se conjugam para uma maior e melhor compreensão do homem e da realidade do mundo.

3. Fazer do ensino um instrumento de educação

O “modo” em que se aprende hoje parece ser mais relevante do que o “que coisa” se aprende; assim como o modo de ensinar parece mais importante do que os conteúdos do ensino. Um ensino que promove só a aprendizagem repetitiva, que não favorece a participação activa dos alunos, que não desperta neles a curiosidade, não é suficientemente desafiante a ponto de suscitar a motivação. Aprender através da pesquisa e da solução de problemas educa as capacidades cognitivas e mentais diferentes e mais significativas do que aquelas de uma simples recepção das informações, e estimula também a modalidade de trabalho colaborativo. Não se deve menosprezar o valor dos conteúdos da aprendizagem. Se não é indiferente o *como* um aluno aprende, também não o é o *que coisa*. É importante que os professores saibam seleccionar e propor à consideração dos alunos os elementos essenciais do património cultural, acumulado no tempo, e o estudo das grandes questões que a humanidade enfrentou e enfrenta. Caso contrário, o risco é o de ter um ensino orientado a fornecer unicamente o que parece ser *útil* hoje, porque pedido por uma exigência económica e social contingente, mas que se esquece daquilo que para a pessoa humana é *indispensável*.

O ensino e a aprendizagem representam os dois termos de uma relação que não é só entre um objecto de estudo e uma mente que aprende, mas entre pessoas. Essa relação não pode basear-se unicamente em contactos técnicos e profissionais, mas deve nutrir-se de estima recíproca, de confiança, de respeito, de cordialidade. A aprendizagem, num contexto em que os sujeitos percebem um senso de pertença, é bem diferente de uma aprendizagem que se dá numa moldura de individualismo, de antagonismo ou de frieza recíproca.

4. A centralidade da pessoa que aprende

A escola, e ainda mais a universidade, empenham-se em fornecer aos alunos uma formação que os habilite a inserir-se no mundo do trabalho e da vida social com competências adequadas. Todavia isso, por mais que seja indispensável, não é suficiente. Uma boa escola e uma boa universidade avaliam-se também pela sua capacidade de promover, por meio da instrução, uma aprendizagem atenta em desenvolver competências de carácter mais geral e de nível mais elevado. A aprendizagem não é só assimilação de conteúdos, mas oportunidade de auto-educação, de empenho em vista do próprio progresso e pelo bem comum, de desenvolvimento da criatividade, de desejo de uma aprendizagem contínua, de abertura aos outros. Todavia, pode ser também uma ocasião para abrir o coração e a mente ao mistério e à maravilha do mundo e da natureza, à consciência e ao conhecimento de si, à responsabilidade pela criação, à imensidão do Criador.

De modo especial, a escola deixa de ser um ambiente que favorece uma aprendizagem completa, se aquilo que o aluno aprende não se torna também uma ocasião de serviço à própria comunidade. Ainda hoje muitos alunos consideram a aprendizagem uma obrigação ou imposição. É provável que isso dependa também de uma incapacidade da escola em

comunicar aos alunos, além do conhecimento, também a paixão, que é o motor da busca. Quando, porém, os alunos têm a oportunidade de experimentar que aquilo que aprendem é importante para a sua vida e para a vida da comunidade a que pertencem, a motivação deles muda. É desejável que os professores proponham aos alunos ocasiões para experimentar o impacto social daquilo que aprendem, favorecendo assim a descoberta da relação entre a escola e a vida, e o desenvolvimento do sentido de responsabilidade e de cidadania activa.

5. A diversidade da pessoa que aprende

Os professores são chamados a encarar um grande desafio educativo: reconhecer, respeitar, valorizar a diversidade. As diversidades psicológicas, sociais, culturais, religiosas não devem ser escondidas, negadas, mas consideradas como oportunidade e dom. Do mesmo modo, as diversidades ligadas à presença de situações de especial fragilidade sob o perfil cognitivo ou da autonomia física, devem ser sempre reconhecidas e escutadas, para que não se transformem em desigualdades penalizantes. Não é fácil para a escola e a universidade ser “inclusivas”, abertas às diversidades, capazes de poder ajudar realmente quem está em dificuldade. É necessário que os professores estejam disponíveis e sejam profissionalmente competentes para ensinar turmas onde a diversidade seja reconhecida, aceite, apreciada como um recurso educativo para o melhoramento de todos. Quem tem mais dificuldade, é mais pobre, frágil ou necessitado, não deve ser considerado um tropeço ou obstáculo, mas como o mais importante de todos, no centro da atenção e do carinho da escola.

6. O pluralismo das instituições educativas

As escolas e as universidades católicas desempenham a sua função, que é missão e serviço, em contextos culturais e políticos muito diferentes, em alguns casos vendo reconhecida e apreciada a própria obra; noutros casos, tendo que enfrentar sérias dificuldades económicas e hostilidades que, por vezes, podem desembocar em formas de violência. As modalidades da presença nos vários países e regiões do mundo variam de situação para situação, mas as razões da acção educadora não mudam. Uma comunidade escolar, que se baseia em valores da fé católica, traduz na sua organização e no seu currículo a visão personalista própria da tradição humanista cristã, não em contraposição mas em diálogo com as outras culturas e crenças religiosas.

É verdadeiramente importante que as instituições educativas católicas saibam dialogar com as outras instituições escolares presentes nos países em que trabalham, numa dimensão de escuta e de diálogo construtivo, pelo bem comum.

Hoje tais instituições espalhadas pelo mundo são frequentadas por uma maioria de alunos de várias pertenças religiosas, diversas nacionalidades e culturas. A sua característica confessional não deve constituir uma barreira, mas ser condição de diálogo intercultural, ajudando cada aluno a crescer em humanidade, responsabilidade civil e na aprendizagem.

7. A formação dos professores

A importância das funções educativas da escola e da universidade exprime quanto é crucial o tema da preparação dos professores, dos dirigentes, de todo o pessoal que tem responsabilidades no campo da instrução. A competência profissional representa a condição para que se possa exprimir melhor a dimensão educativa do acolhimento. Aos professores e aos dirigentes pede-se muito. Deseja-se que tenham a capacidade de criar, de inventar e de gerir ambientes de aprendizagem ricos de oportunidades; deseja-se que sejam capazes de respeitar as diversidades das ‘inteligências’ dos estudantes e de guiá-los numa aprendizagem significativa e profunda; exige-se que saibam acompanhar os alunos rumo a objectivos elevados e desafiantes, demonstrar elevadas expectativas em relação a eles, envolver e relacionar os estudantes entre eles e com o mundo... Quem ensina deve ambicionar, ao

mesmo tempo, muitos objectivos diferentes, e deve saber enfrentar situações problemáticas que exigem um elevado profissionalismo e preparação. Para estar à altura de tais expectativas é necessário que essas funções não sejam confiadas a responsabilidades individuais, mas que seja oferecido um adequado suporte ao nível institucional e que na liderança não estejam burocratas, mas pessoas competentes.

III. DESAFIOS EDUCATIVOS HOJE E AMANHÃ

O coração da educação católica é sempre a pessoa de Jesus Cristo. Tudo o que acontece na escola católica e na universidade católica deveria conduzir ao encontro de Cristo vivo. Se examinarmos os grandes desafios educativos que se apresentam no horizonte, devemos recordar Deus que se fez homem na história dos homens, na nossa história.

A escola e a universidade católica, como sujeito da Igreja de hoje, são uma realidade de presença, de acolhimento, de proposta de fé e de acompanhamento espiritual dos jovens que o desejam; estão abertas a todas e a todos e defendem tanto a dignidade humana quanto a difusão do conhecimento com bases sociais e não de mérito.

Tais instituições são, em primeiro lugar, lugares onde a transmissão do conhecimento é central. Todavia, o conhecimento em si teve evoluções importantes para a nossa pedagogia. De facto, assistimos a uma grande diferenciação, privatização e até a uma expropriação do conhecimento.

A escola e a universidade são, igualmente, ambientes de vida, onde se doa uma educação integral, inclusive religiosa. O desafio consistirá em mostrar aos jovens a beleza da fé em Jesus Cristo e a liberdade do cristão num universo multirreligioso. Em cada ambiente, acolhedor ou não, o educador católico será um testemunho credível.

Aqueles que trabalham com tal fé, com a paixão e a competência, não podem ser esquecidos; esses merecem toda a nossa consideração e o nosso encorajamento. Não podemos também esquecer que, em grande parte, a missão educativa e o envolvimento profissional é promovido principalmente pelas mulheres.

Em primeiro lugar, devemos reformular a antropologia que inspira a nossa visão de educação no século XXI. Trata-se de uma antropologia filosófica que deve ser uma antropologia da verdade. Uma antropologia social, isto é, onde se concebe o homem nas suas relações e no seu modo de existir. Uma antropologia da memória e da promessa. Uma antropologia que faz referência ao cosmos e que leva a sério o desenvolvimento sustentável. E ainda mais uma antropologia que faz referência a Deus. O olhar de fé e de esperança, que é o seu fundamento, sonda a realidade para descobrir nela o projecto oculto de Deus. Partindo assim de uma reflexão profunda, sobre o homem moderno e sobre o nosso mundo actual, deveríamos reformular a nossa visão da educação.

Os jovens que nós educamos preparam-se para liderar os anos 2050. Qual será a contribuição da religião em vista da educação à paz, ao desenvolvimento, à fraternidade da comunidade humana universal? Como educaremos à fé e na fé? Como criaremos as condições preliminares para acolher o dom, para educar à gratidão, ao sentido de maravilha, às questões, para desenvolver o desejo de justiça e de coerência? Como educaremos à oração?

A educação precisa de uma grande aliança entre os pais e todos os educadores para propor uma vida plena, boa, rica de sentido, aberta a Deus, aos outros e ao mundo. Esta aliança é ainda mais necessária porque a educação é uma relação pessoal. Ela é um percurso que revela o lado transcendental da fé, da família, da Igreja e da ética, insistindo na dimensão comunitária.

A educação não é apenas conhecimento, mas também experiência. Ela une saber e agir, instaura a unidade dos saberes e procura a coerência do saber. Ela compreende o campo afectivo e emocional, tem também uma dimensão ética: saber fazer e saber o que queremos fazer, ousar em transformar a sociedade e o mundo, e servir a comunidade.

A educação fundamenta-se na participação. A inteligência partilhada e a interdependência das inteligências, o diálogo, o dom de si, o exemplo, a cooperação, a reciprocidade são igualmente elementos importantes.

1. Os desafios da escola católica

A educação encontra-se hoje num contexto de mudanças rápidas. Também a geração, para a qual ela se dirige, muda rapidamente e cada educador deve enfrentar continuamente situações que, como afirmou Papa Francisco, «nos dá novos desafios que, às vezes, são difíceis de compreendermos»[5].

No coração das mudanças do mundo que somos chamados a acolher, amar, decifrar e evangelizar, a educação católica deve contribuir para a descoberta do sentido da vida e fazer nascer novas esperanças para o hoje e para o futuro.

a) O desafio da identidade

É urgente redefinir a identidade da escola católica para o século XXI. Para isso, pode dar uma notável contribuição a releitura dos documentos da Congregação para a Educação Católica[6], junto com a experiência acumulada ao longo do tempo no campo do ensinamento católico, tanto nas escolas diocesanas como naquelas das congregações. Esta experiência apoia-se em três pilares: a tradição do Evangelho, a autoridade e a liberdade.

O educador dos nossos tempos vê renovada a sua missão, que tem como grande objectivo aquele de oferecer aos jovens uma educação integral e um acompanhamento na descoberta da sua liberdade pessoal, dom de Deus.

A pobreza espiritual e o abaixamento do nível cultural, começam a pesar até mesmo dentro das escolas católicas. Em muitos casos registamos um problema de autoridade. Não se trata muito de uma questão de disciplina – os pais apreciam muito as escolas católicas pela sua disciplina. Mas será que os responsáveis de certas escolas católicas têm ainda uma palavra a dizer? A sua autoridade fundamenta-se em regras formais ou na credibilidade do seu testemunho? Se a intenção é evitar um empobrecimento progressivo, exige-se que as escolas católicas sejam dirigidas por pessoas e por grupos que se inspiram no Evangelho, formados na pedagogia cristã, ligados ao projecto educativo da escola católica, e não sujeitos à sedução daquilo que está na moda, daquilo que, por assim dizer, vende melhor.

O facto que os alunos de numerosas escolas católicas pertençam a uma pluralidade de culturas pede às nossas instituições para alargar o anúncio e fazê-lo sair do círculo dos cristãos, não só com as palavras, mas com a força da coerência de vida dos educadores. Professores, dirigentes, quadro administrativo, toda a comunidade profissional e educativa é chamada a oferecer, na humildade e na proximidade, uma proposta amável de fé. O modelo é aquele de Jesus com os discípulos de Emaús: partir da experiência de vida dos jovens, mas também daquela dos colegas, para colocar-se numa disposição de serviço incondicionado. De facto, uma das características que distingue a escola católica do futuro, tal como foi no passado, deverá permanecer a educação ao serviço e ao dom gratuito de si.

b) O desafio da comunidade escolar

Diante do individualismo, que consome a nossa sociedade, é cada vez mais importante fazer

com que a escola católica seja uma verdadeira comunidade de vida animada pelo Espírito Santo. O clima familiar, acolhedor, dos professores cristãos, por vezes minoritários, junto ao empenho comum de todos os que têm uma responsabilidade educativa, qualquer que seja a sua crença ou convicção, pode ajudar a superar os momentos de desorientação e de desânimo, e abrir uma perspectiva de esperança evangélica. A complexa rede dos relacionamentos interpessoais constitui a força da escola, quando exprime o amor pela verdade, e os educadores de convicção religiosa devem ser apoiados para que sejam o fermento e a força serena da comunidade que se constrói.

Para que isso seja possível, é preciso dar uma particular atenção à formação e à selecção dos responsáveis do instituto. Eles não são apenas os responsáveis da instituição escolar, mas o ponto de referência, diante do seu Bispo, da preocupação pastoral. Os dirigentes devem ser os líderes que fazem viver a educação como uma missão partilhada, que acompanham e organizam os professores, que promovem o encorajamento e o apoio recíprocos.

Outro terreno que desafia as escolas católicas é o da relação com as famílias. Uma grande parte delas está em crise, precisa de acolhimento, de solidariedade, de envolvimento, até de formação.

Professores, pais e responsáveis do instituto formam, junto com os alunos, uma grande comunidade educativa que é chamada a cooperar com as instituições da Igreja. A formação contínua deve concentrar-se na promoção de uma comunidade justa e solidária, sensível em relação às necessidades das pessoas, capaz de criar mecanismos de solidariedade com os adolescentes e as famílias mais pobres.

c) O desafio do diálogo

O mundo, na sua pluralidade, espera mais do que nunca ser orientado para os grandes valores do homem, da verdade, do bem e da beleza. Esta é a perspectiva que a escola católica deve assumir em relação aos jovens, através da estrada do diálogo, propondo-lhes uma visão aberta, pacífica, fascinante, do Outro e do outro.

No relacionamento com os jovens, por vezes, a assimetria cria distância entre educador e educando. Hoje aprecia-se mais a circularidade que se instaura na comunicação entre o professor e o aluno, muito mais aberta do que no passado, muito mais favorável à escuta recíproca. Isso não significa que os adultos devam renunciar em representar uma referência credível, mas é preciso saber distinguir entre uma autoridade exclusivamente ligada a um papel, a uma função institucional, e uma autoridade que deriva da credibilidade de um testemunho.

A comunidade escolar é uma comunidade que aprende a melhorar a si mesma, graças ao diálogo permanente que os educadores estabelecem entre si, que os professores tecem com seus alunos, e que os alunos experimentam no relacionamento entre si.

d) O desafio da sociedade da aprendizagem

Não se deve esquecer que a aprendizagem não se verifica totalmente na escola. Aliás, no contexto actual, fortemente caracterizado pela difusão de novas linguagens tecnológicas e pelas novas oportunidades de aprendizagem informal, a escola perdeu a sua antiga primazia na formação. A nossa época foi definida a época do conhecimento. Hoje fala-se da economia do saber. Por um lado, é pedido aos jovens um nível de aprendizagem e uma capacidade de aprender desconhecidos do passado; por outro, a escola confronta-se com uma realidade na qual as informações são cada vez mais amplamente disponíveis, maciças e incontroláveis. É necessária uma certa humildade para considerar o que a escola pode fazer, num tempo como o nosso, no qual as redes sociais se tornam cada vez mais importantes, as ocasiões de

aprendizagem fora da escola são cada vez maiores e mais incisivas. Do momento em que, hoje mesmo, a escola não é mais o único ambiente de aprendizagem para os jovens e nem o principal, e as comunidades virtuais ganham uma relevância muito significativa, apresenta-se à educação escolar um novo desafio: aquele de ajudar os estudantes a construir os instrumentos críticos indispensáveis para não se deixar dominar pela força dos novos instrumentos de comunicação.

e) O desafio da educação integral

Educar é muito mais do que instruir. O facto da União Europeia, a OCDE e o Banco Mundial sublinhem a razão instrumental e a competitividade, e que tenham um conceito puramente funcional da educação, como se ela só tivesse legitimidade ao serviço da economia de mercado e do trabalho, tudo isso reduz fortemente o conteúdo pedagógico de muitos documentos internacionais e também de numerosos textos dos ministérios da educação. A escola não deveria ceder a esta lógica tecnocrática e económica, embora se encontre sob a pressão de poderes externos e seja exposta a tentativas de instrumentalização por parte do mercado, e isso vale muito mais para a escola católica. Não se trata de minimizar as exigências da economia ou a gravidade da desocupação, mas é preciso respeitar a pessoa dos alunos na sua integralidade, desenvolvendo uma multiplicidade de competências que enriquecem a pessoa humana, a criatividade, a imaginação, a capacidade de assumir responsabilidades, a capacidade de amar o mundo, de cultivar a justiça e a compaixão.

A proposta da educação integral, numa sociedade que muda tão rapidamente, exige uma reflexão contínua, capaz de renová-la e de torná-la cada vez mais rica de qualidades. Trata-se sempre de uma postura clara: a educação, que a escola católica promove, não tem por objectivo a meritocracia de uma elite. Ainda que seja importante a busca da qualidade e da excelência, nunca se deve esquecer que os alunos têm necessidades específicas, que muitas vezes vivem situações difíceis e merecem uma atenção pedagógica que esteja atenta às suas exigências. A escola católica deve inserir-se no debate das instâncias mundiais sobre a educação inclusiva^[7] e oferecer, neste âmbito, a sua experiência e a sua visão educativa.

Existe um número crescente de alunos feridos na sua infância. O insucesso escolar aumenta e requer uma educação preventiva, como também uma formação específica para os professores.

Hoje pede-se que os sistemas escolares promovam o desenvolvimento das competências e não transmitam só conhecimentos. O paradigma da competência, interpretada segundo uma visão humanista, supera a aquisição de conhecimentos específicos ou habilidades. Isso refere-se ao desenvolvimento de todos os recursos pessoais do aluno e cria um vínculo significativo entre escola e vida. É importante que a educação escolar valorize não só as competências relativas aos âmbitos do saber e do saber fazer, mas também aquelas do viver junto com outros e crescer em humanidade. Existem competências como aquela de tipo reflexivo, onde se é autor responsável dos próprios actos; aquela intercultural, deliberativa, da cidadania, que aumentam de importância no mundo globalizado e se referem a nós directamente, como também as competências em termos de consciência, de pensamento crítico, de acção criadora e transformadora.

f) O desafio da carência de meios e de recursos

As escolas não subsidiadas pelo Estado conhecem dificuldades financeiras crescentes para garantir o serviço aos mais pobres num momento marcado por uma profunda crise económica e na qual a opção pelas novas tecnologias é inevitável, mas custosa. Todas as escolas, subsidiadas ou não, devem enfrentar uma fractura social crescente após a crise económica. É claro que se impõe a adopção de uma pedagogia diversificada, endereçada a todos. Mas esta opção precisa de recursos financeiros, que viabilizem a sua realização, e de

recursos humanos, constituídos por professores e dirigentes bem formados. Seja como for, não há dúvida de que a abertura missionária para as novas formas de pobreza deve ser não só protegida, mas também estimulada.

A “profissão de professor” é uma vocação que devemos encorajar. Os professores são solicitados por tarefas cada vez mais numerosas. Nalguns países não é fácil encontrar directores de escola. Para certas matérias, é difícil encontrar professores: muitos jovens escolhem um trabalho dentro de uma empresa na esperança de receber um salário melhor. A isso se acrescenta que os professores deixaram de contar com a estima social e que as suas tarefas estão sobrecarregadas pelos deveres administrativos cada vez mais numerosos. Isso leva alguns directores de escola a estimular a disponibilidade e o serviço voluntário. Um dos desafios será continuar a motivar e a encorajar os voluntários no seu dom incondicionado.

g) Desafios pastorais

Uma parte crescente dos jovens distancia-se da Igreja institucional. A ignorância ou o analfabetismo religioso crescem. A educação católica é uma missão contra a corrente. Como educar à liberdade de consciência, tomando uma posição diante de um campo imenso de convicções e de valores numa sociedade globalizada?

Nas escolas católicas de muitos países faltam orientações pastorais adequadas ao clima multirreligioso onde elas são chamadas a evangelizar.

No que concerne aos educadores, estamos diante do facto de que a “desculturação” limita o conhecimento deles sobre as heranças culturais. O fácil acesso às informações, hoje amplamente disponíveis, não acompanhado por uma consciência crítica na sua selecção, está favorecendo uma notável superficialidade entre os estudantes e entre muitos professores, um empobrecimento não só da razão, mas da própria capacidade de imaginação, de pensamento criativo.

O número de educadores e de professores com *convicções religiosas* diminui, o que torna mais raro o testemunho. Como fazer nascer o vínculo com a pessoa de Cristo nesta nova situação escolar?

Nalgumas Conferências Episcopais o ensino católico não foi considerado entre as prioridades pastorais. Só quando a crise chega às paróquias, é que elas reconhecem que a escola católica é muitas vezes o único ponto onde os jovens encontram mensageiros do Evangelho. Em muitos casos esta escola tornou-se uma escola aberta ao pluralismo cultural e religioso, e em alguns países, faltam os sacerdotes, os religiosos e religiosas. Trata-se de uma situação inédita, que pede uma presença de leigos empenhados, preparados, disponíveis para assumir um empenho muito exigente. Esta consciência levou, em muitos casos, os leigos católicos a se organizarem entre eles, mas muitas vezes, ao lado desse empenho, nota-se uma desconfiança em relação à Igreja institucional, que se desinteressou pela escola católica. Um dos grandes desafios será, para algumas Conferências Episcopais, redefinir com urgência o relacionamento com os leigos, na perspectiva de um serviço ao anúncio do Evangelho. É urgente que os Bispos descubram que, entre as modalidades da evangelização, um lugar importante é aquele da formação religiosa das novas gerações e que a escola é um instrumento precioso deste serviço.

h) O desafio da formação religiosa dos jovens

Nalguns países, os cursos de religião católica estão ameaçados, correm o risco de desaparecer do currículo escolar. Visto que esses cursos estão sob a competência dos Bispos, é muito urgente recordar a importância de não negligenciar tal ensino, que deve ser continuamente renovado.

O curso de religião pressupõe um conhecimento profundo das reais exigências dos jovens, porque este conhecimento representará a base sobre a qual construir o anúncio, embora deva ser conhecida e respeitada a diferença entre o “saber” e o “acreditar”.

Em muitos países a população das escolas católicas é caracterizada pela multiplicidade das culturas e das crenças, por isso a formação religiosa nas escolas deve partir da consciência do pluralismo existente e saber constantemente actualizar-se. O panorama é muito diversificado e as modalidades de presença não podem ser as mesmas. Nalgumas realidades o curso de religião poderá constituir o espaço do primeiro anúncio; noutras situações os educadores oferecerão experiências de interioridade, de oração, de preparação aos sacramentos para os alunos, e os convidarão a comprometer-se nos movimentos juvenis ou num serviço social acompanhado.

Diante dos organismos internacionais que se ocupam cada vez mais de temas religiosos, será importante que as próprias Conferências Episcopais saibam formular propostas de cursos capazes de fornecer um conhecimento e uma aprendizagem crítica de todas as religiões presentes na nossa sociedade. E também que elas saibam distinguir com clareza a especificidade dos cursos de religião e de educação à cidadania responsável. Caso contrário serão os próprios governos que farão as suas propostas, sem que haja a contribuição da visão cristã e católica nos currículos escolares, em vista da formação do cidadão livre, capaz de ser solidário, compassivo, responsável diante da compreensão e das interrogações humanas.

i) Os desafios específicos para uma sociedade multirreligiosa e multicultural

O multiculturalismo e a multirreligiosidade dos alunos, que frequentam as escolas católicas, interpelam todos os responsáveis do serviço educativo. Quando a identidade das escolas enfraquece, emergem numerosos problemas ligados à incapacidade de interagir com esses novos fenómenos. A resposta não pode ser aquela de refugiar-se na indiferença, nem de adoptar uma espécie de fundamentalismo cristão nem, por fim, aquela de declarar a escola católica como uma escola de valores ‘genéricos’.

Um dos desafios mais importantes será suscitar nos professores uma grande abertura cultural e igualmente, ao mesmo tempo, uma grande disponibilidade para o testemunho. Isto para que saibam trabalhar conscientes e atentos ao contexto que caracteriza a escola e, sem tibieza nem integralismo, ensinar o que sabem e testemunhar o que acreditam. Para que saibam interpretar assim a sua profissão, é importante que sejam formados ao diálogo entre a fé e a cultura e ao diálogo inter-religioso. Não poderia existir verdadeiro diálogo se os próprios professores não fossem formados e acompanhados no aprofundamento da sua fé, das suas convicções pessoais.

Uma oportunidade que não deve ser menosprezada, para os alunos que aprendem em contextos tão pluralistas, é a promoção da colaboração dos estudantes de diversas convicções religiosas em iniciativas de serviço social. Não seria desejável, pelo menos como condição mínima, que todas as escolas católicas propusessem aos seus jovens alunos a experiência de um serviço social, acompanhados pelos seus professores e eventualmente pelos pais?

j) O desafio da formação permanente dos professores

Num contexto cultural desse tipo, a formação dos professores é determinante e exige um rigor e um aprofundamento, sem os quais o seu ensino seria considerado pouco credível, pouco confiável e por isso não necessário. Essa formação é urgente, se quisermos poder contar, no futuro, com professores comprometidos e preocupados com a identidade evangélica do Projecto Educativo e com a sua actuação. De facto, não se deseja que nas escolas católicas exista “uma dupla população” de professores; pelo contrário, é necessário que um corpo docente homogéneo, disponível para aceitar e partilhar uma definida

identidade evangélica, e um coerente estilo de vida.

k) Os lugares e os recursos desta formação

Quem pode garantir este tipo de formação? Podem-se identificar alguns lugares dedicados a esta função? Onde podemos encontrar os formadores para este tipo de ensino?

Eis algumas sugestões possíveis:

- A estrutura nacional e o seu departamento nacional.
- A estrutura diocesana: os vigários ou os directores diocesanos para o ensino em colaboração ou em parceria com institutos de formação. Seria bom reflectir bem quanto à oportunidade de agrupar numa única estrutura diocesana a formação dos leigos com encargos eclesiais e a formação dos professores de religião. Por um lado, essa escolha responde a uma política de reforço da identidade, mas deixa aberto uma questão não simples: como adaptar uma formação deste tipo às exigências presentes no contexto de aprendizagem escolar? Não se deve esquecer que os professores têm uma dimensão profissional específica, com características peculiares, que a formação deveria considerar.
- As congregações religiosas.
- As universidades ou institutos católicos.
- As paróquias, as vigararias, os mosteiros como centro de retiro e de acompanhamento espiritual dos educadores.
- Os *networks*, a formação à distância.

l) Alguns desafios de ordem jurídica

Existe uma forte tendência de alguns governos em marginalizar a escola católica com toda uma série de regras e leis que, por vezes, não respeitam a liberdade pedagógica das escolas católicas. Nalguns casos os governos escondem a sua adversidade com o facto de que dispõem de recursos insuficientes. Nestas situações a existência das escolas católicas não é garantida.

Outra ameaça, que poderia emergir de novo, é aquela das regras da não discriminação. Sob a aparência de uma discutível 'laicidade', esconde-se a aversão em relação a uma educação declaradamente orientada aos valores religiosos, que é reconduzida à esfera 'privada'.

2. Os desafios da educação superior católica

Serão os desafios relativos à educação superior católica, à educação universitária, totalmente diferentes daquelas encontradas na escola católica, nos vários níveis primários e secundários? Na maior parte, coincidem com os desafios antes enunciados. Também para as universidades se deve, de facto, reconhecer que as questões fundamentais com que o mundo da educação hoje se deve confrontar são primariamente ligadas, de algum modo, aos novos contextos culturais, também sociológicos, nos quais vivem as nossas sociedades e de onde provêm os alunos recebidos nos vários ambientes do ensino católico.

Existem diversidades sistémicas e estruturais que se referem às diferenças entre as instituições de educação superior em termos de dimensão, fundamentos históricos e legislativos, assim como em termos de diversas modalidades de governo. Existem ainda diversidades programáticas e processuais, em níveis formativos, na pesquisa e nas modalidades em que se desenvolvem as actividades. Por fim, existem diversidades de status

e de prestígio associados a cada instituição, assim como diversidades na tipologia de estudantes e de pessoal académico.

Os processos de diferenciação devem ser vistos como resposta às mutações e aos desafios que interessaram os sistemas de instrução superior nos últimos trinta anos. Nesse período passou-se de uma universidade de elite para uma com “acesso generalizado”, e aumentou sensivelmente o pedido para que a universidade responda à exigência social e seja um factor de desenvolvimento económico. Em toda a parte o desafio que deriva dessas tendências apresenta problemas comuns, isto é: como conciliar essas mudanças do papel da universidade com os valores que caracterizaram a tradição universitária? Como reafirmar a centralidade da pesquisa científica e da formação do capital humano com uma elevada qualificação, considerando que, para responder à exigência social, as universidades devem tornar-se não só um lugar de elaboração, mas também de circulação do conhecimento, instrumento de crescimento económico e não só cultural e civil?

A resposta dos governos a tais questões foi aquela de diferenciar os sistemas em nível de currículo e de títulos académicos ou criando novas funções dentro das instituições, como também articulando os sistemas de instrução superior em função das exigências cada vez mais complexas do mercado de trabalho.

Diante desses processos de mudança ainda em curso, é natural rever os objectivos e as funções das universidades em si, as quais, ao lado das funções puramente científicas, de pesquisa e de didáctica, estão acompanhadas também pela função de serviço ao território, tornando-se um ponto de referência ou uma espécie de agência de análise como suporte para as decisões sócio-político-económicas.

Essas mudanças fazem com que seja necessário redefinir a ideia de universidade. Também a educação superior católica não pode eximir-se desse esforço e, em tal contexto, ela é solicitada a esclarecer melhor a própria identidade e as próprias missões específicas, académicas e científicas.

a) Internacionalização dos estudos universitários

Nos anos recentes acentuou-se cada vez mais a dimensão internacional da instrução superior, com acordos entre países ou universidades, amparada por ferramentas e programas criados pelos organismos internacionais ao nível dos vários continentes ou a nível mundial. As experiências feitas neste campo são caracterizadas por diversos aspectos, como: uma mais ampla oferta formativa, o crescente número de estudantes provenientes de outros países, a inovação das metodologias didácticas, dos procedimentos de gestão dos processos formativos e aqueles da pesquisa. Os cursos com diplomas conjuntos entre várias universidades são um instrumento eficaz de internacionalização, já que consentem a troca de ideias e de experiências, favorecem o encontro de pessoas (alunos, professores e pesquisadores, pessoal administrativo), provenientes de culturas e tradições diferentes, permitem desenvolver as perícias das universidades com diferentes missões, visões e perfis. Este é um fenómeno novo, em crescimento, que apresenta muitas questões às instituições, referentes ao acolhimento, aos métodos de ensino, à aprendizagem e à pesquisa.

b) Utilização dos recursos online nos estudos universitários

Na sociedade contemporânea faz-se um uso intenso e extenso das aplicações de rede na gestão pessoal do conhecimento. Ao longo dos últimos anos o tema da competência digital, nos seus diversos aspectos, foi objecto de atenção crescente. Em vários documentos e comunicações, os organismos internacionais sublinharam a importância desta competência para a *Lifelong Learning* e para participar da denominada “sociedade da informação”. Mas o que quer dizer ser uma pessoa culta ou, simplesmente, instruída no século XXI? A questão

supera o facto de ter que preparar para o futuro os jovens de amanhã, para trabalhos e desafios que ainda não existem, mas diz respeito a ser cidadãos conscientes, independentemente de serem nativos ou experientes digitais, e plenamente autónomos no acesso e uso dos recursos, conteúdos, relações, ferramentas e potencialidades da sociedade digital. Neste quadro, assumem notável relevo as competências necessárias para gerir e enriquecer o próprio conhecimento de forma autónoma, utilizando recursos online e offline. Este conjunto de competências, definido com a locução *Personal Knowledge Management*, associado aos conceitos de aprendizagem pessoa e/ou rede de aprendizagem pessoal, deveria ajudar cada pessoa a ser capaz de seleccionar e avaliar autonomamente as próprias fontes de informação, de buscar dados online, de saber arquivar, reelaborar, transmitir e partilhá-los.

Ao lado destas competências são necessárias outras, como, por exemplo: a *connectedness* (sentido de rede), que implica não só aspectos tecnológicos, mas também habilidades comunicativas, relacionais e de gestão da própria identidade num contexto de comunicação global; a *critical ability*, ou seja, a abordagem crítica da rede, que concerne a habilidade de saber usar a rede como base de recursos, tendo como finalidade o contexto do uso; a criatividade, ou seja, o desenvolvimento de atitudes *creativity* para a Lifelong Learning e poder assim beneficiar das experiências formativas que intersectam momentos de aprendizagem formal com situações de aprendizagem informal.

c) Universidade, empresas e mundo do trabalho

Um dos problemas fundamentais de hoje refere-se à falta de trabalho. Quais oportunidades o mundo da universidade pode oferecer a um futuro empresarial e ao trabalho? É preciso criar ocasiões que permitam que o mundo das empresas, das várias profissões e o mundo universitário se encontrem, oferecendo pontos de reflexão e oportunidades para os jovens desejosos de usufruir os vários sistemas do start up, para experimentar as próprias ideias e capacidades. Os estudantes universitários têm a necessidade de conhecer atempadamente as várias oportunidades no mundo do trabalho, participando em projectos e concursos, tendo acesso a bolsas de estudo de especialização. Nesta perspectiva são de capital importância as actividades de orientação nas escolas secundárias superiores e o acompanhamento no período dos estudos universitários.

Diante dos problemas de trabalho, da desocupação e da preparação dos futuros líderes, dos quais também o ensino superior se deve encarregar, é preciso recordar que a universidade, como diz a *Ex corde Ecclesiae*, tem a missão fundamental de se colocar com confiança ao serviço «da procura contínua da verdade, a conservação e a comunicação do saber para o bem da sociedade» (n. 30). A universidade católica contribui para essa missão com a sua finalidade de ministério de esperança a serviço dos outros, formando pessoas dotadas de sentido de justiça e profunda solicitude pelo bem comum, educando a prestar especial atenção aos pobres, aos oprimidos e procurando ensinar aos alunos a serem cidadãos globais, responsáveis e activos.

d) A qualidade das instituições académicas

Um dos objectivos em que se concentrou a atenção ao nível internacional, nos vários países e nas próprias instituições, é aquele de garantir a qualidade dos próprios sistemas académicos, identificando precisos critérios e instrumentos de avaliação para valorizar a responsabilidade e a transparência de cada instituição. Trata-se de um objectivo plenamente aceite e partilhado por todos, para o qual em muitos casos se estabelecem acordos entre realidades especializadas, a nível nacional e internacional, para identificar e partilhar indicadores de medida que não se limitem em avaliar dados externos estatísticos e procedimentos, mas considerem também a finalidade e os conteúdos da educação superior, enquadrando-os num horizonte de valores.

Promover a qualidade de um centro académico católico significa evidenciar o valor das actividades feitas, consolidar os seus aspectos positivos e, onde for necessário, melhorar aqueles carentes. Esta actividade de acompanhamento e avaliação torna-se hoje indispensável e exerce duas funções fundamentais: em primeiro lugar, uma função pública, ou seja, aquela de tornar de confiança e transparente o sistema de estudos, favorecendo o seu conhecimento e também uma sadia concorrência entre as várias sedes de ensino; em segundo lugar, uma função interna, dirigida a ajudar os actores do sistema a atingir os objectivos institucionais e a reflectir sobre o resultado da sua actividade para melhorá-la e desenvolvê-la.

e) A governance

As transformações ilustradas referem-se também à universidade católica como *instituição* e a sua *governance*. Esta, enquanto realidade “imparcial” (isto é, não condicionada pela lógica parcial) e desligada da “soberania popular” (porque quem governa a universidade não é um representante do povo), pode ser vista sob vários aspectos, tal como: as condições de acesso dos estudantes; as fontes e os mecanismos de financiamento, o grau de autonomia, o seu papel na sociedade moderna e a configuração de governo enquanto instituição académica.

Em que consiste a autonomia das universidades? Em muitos países o Estado tem um peso relevante e diante dele cada instituição deve poder agir com liberdade para alcançar os próprios objectivos académicos, sem ser condicionada pela intervenção financeira pública (que segundo os vários países pode ser de total ou de prevalente cobertura). Hoje os Estados, próprio pelo facto de financiarem as instituições universitárias, estão presentes nelas, exercitando um “controlo à distância”, definindo objectivos, instrumentos de avaliação e envolvendo de, modo mais consistente, as próprias universidades na responsabilidade e sustentabilidade financeira.

Enquanto se frisa a autonomia, as universidades são cada vez mais solicitadas a responder às exigências do território de referência, oferecendo cursos de estudo, na lógica do *lifelong learning*, favorecendo o progresso económico-social, colocando-se ao serviço da comunidade para apoiar os *decision maker* públicos e privados. Esta crescente heterogeneidade de funções, que a universidade está desenvolvendo sob a pressão social, fez com que muitos países previssem diversos modelos organizativos de estudos superiores, os quais, por um lado são caracterizados por uma maior autonomia e liberdade académica e, por outro, pela maior responsabilidade para com o Estado e os *stakeholder* em geral.

f) O desafio da mudança e a identidade católica da universidade

A educação deve encaminhar o estudante para o encontro com a realidade, para que se insira com consciência e responsabilidade no mundo. Para que isso seja possível, a aquisição do saber é sempre necessária. Todavia, mais do que a informação e o conhecimento, a *transformação* da pessoa é o verdadeiro resultado desejado. Neste sentido, a motivação não é só uma condição preliminar, ela é construída, é um resultado.

A instrução superior católica propõe-se formar homens e mulheres capazes de pensamento crítico, dotados de elevado profissionalismo, mas também de uma humanidade rica e orientada em colocar a própria competência ao serviço do bem comum. «Quando for necessário, a Universidade Católica deverá ter a coragem de proclamar verdades incómodas, verdades que não lisonjeiam a opinião pública, mas que no entanto são necessárias para salvaguardar o autêntico bem da sociedade” (*Ex corde Ecclesiae*, n. 32). Pesquisa, ensino e várias formas de serviço, que correspondem à sua missão cultural, são as dimensões fundamentais para as quais endereçar a formação universitária, dimensões que devem dialogar entre si. A contribuição da educação católica alimenta o duplo crescimento, em ciência e em humanidade. Numa universidade católica a inspiração cristã permeia a vida da

comunidade universitária, alimenta o empenho pela pesquisa, fornecendo uma direcção ao seu sentido, e sustém a função de formação dos jovens, aos quais pode ser oferecido um horizonte mais amplo e significativo daquele constituído pelas legítimas expectativas profissionais.

Os professores das universidades católicas são chamados a oferecer uma original contribuição para a superação da fragmentação dos saberes disciplinares, favorecendo o diálogo entre os vários pontos de vista especializados, buscando uma recomposição unitária do saber, sempre aproximativa e em desenvolvimento, mas orientada pela consciência do sentido unitário das coisas. A teologia oferece uma contribuição essencial para este diálogo.

CONCLUSÃO

Hoje existe uma especial atenção em verificar os resultados dos percursos de aprendizagem dos estudantes. As sondagens internacionais elaboram classificações, comparam os países. A opinião pública é sensível a estas mensagens. A transparência dos resultados, o hábito de fazer relatórios sociais, o impulso para melhorar os padrões alcançados são aspectos que denotam a tendência de elevar a qualidade da oferta de formação. Todavia é importante não perder de vista um aspecto fundamental da educação que é o respeito pelo tempo das pessoas e pela consciência de que as verdadeiras mudanças exigem tempos longos. A educação vive a metáfora do bom semeador que se preocupa em semear nem sempre com a possibilidade de ver os resultados da sua acção. Educar é agir com esperança e com confiança. A acção educativa e o ensino devem preocupar-se em melhorar continuamente e verificar a eficácia dos instrumentos, mas sabendo que não se pode ver nem constatar todos os resultados desejados.

A formação de uma pessoa realiza-se, num processo ao longo dos anos, por muitos educadores, a começar pelos pais. A experiência escolar situa-se na continuidade com um percurso de crescimento já iniciado, que pode ser positivo e rico, mas também problemático ou limitador e que, em todo caso, deve ser considerado. A educação católica coloca-se num momento da história pessoal e é muito mais eficaz quanto mais sabe unir-se a esta história, sabe construir alianças, partilhar responsabilidades, construir comunidades educadoras. Dentro de uma dimensão de colaboração educativa, o ensino não é só um processo de transmissão de conhecimentos ou de adestramento, mas um guia para a descoberta dos próprios talentos, para o desenvolvimento da competência profissional, a assunção de importantes responsabilidades intelectuais, sociais ou políticas na comunidade. Ainda mais, ensinar é acompanhar os jovens na busca da verdade, da beleza, daquilo que é justo e bom. A eficácia da acção colectiva do grupo de professores e funcionários depende do facto de ter uma visão de valor partilhada e de ser uma comunidade que *aprende*, não só que *ensina*.

Os desafios da escola e da universidade católica do futuro são imensas. Todavia, as palavras de Papa Francisco são de grande encorajamento para renovar a paixão em educar: «Não desanimeis diante das dificuldades apresentadas pelo desafio educativo! Educar não é uma profissão, mas uma atitude, um modo de ser; para educar é preciso sair de si mesmo e permanecer no meio dos jovens, acompanhá-los nas etapas do seu crescimento, pondo-se ao seu lado. Dai-lhes esperança, optimismo para o seu caminho no mundo. Ensinai-lhes a ver a beleza e a bondade da criação e do homem, que conserva sempre os vestígios do Criador. Mas sobretudo com a vossa vida, sede testemunhas daquilo que comunicais. Um educador [...] transmite conhecimentos e valores com as suas palavras, mas só será incisivo sobre os jovens se acompanhar as palavras com o testemunho, com a sua coerência de vida. Sem coerência não é possível educar! Sois todos educadores, não há delegações neste campo. Então, a colaboração em espírito de unidade e de comunidade entre os vários componentes educativos é essencial e deve ser favorecida e alimentada. O colégio pode e deve ser catalisador, ser lugar de encontro e de convergência de toda a comunidade educadora, com a única finalidade de formar, ajudar a crescer como pessoas maduras, simples, competentes e

honestas, que saibam amar com fidelidade, que saibam levar a vida como uma resposta à vocação de Deus, e a profissão futura como um serviço à sociedade”[8].

QUESTIONÁRIO

O seguinte questionário serve como um guia para a reflexão e para as sugestões. Pode ser usado com liberdade.

1. IDENTIDADE E MISSÃO

- *De que modo no vosso País a escola e a universidade católica são coerentes com a sua natureza e finalidade?*
- *Quais são os aspetos que caracterizam melhor a oferta que a escola e a universidade católica fazem aos estudantes e às famílias?*
- *Pode-se afirmar que as escolas e as universidades católicas se preocupam com a evangelização e não apenas em dar um serviço de qualidade, superior àquele oferecido pelas outras instituições? De que modo a pastoral local ou nacional envolve organicamente o mundo da escola e da universidade?*
- *Que lugar tem o ensino da religião católica nas escolas católicas e nas outras escolas?*
- *Nas escolas e nas universidades católicas é promovido o diálogo inter-religioso e intercultural?*

2. SUJEITOS

- *Está previsto um percurso de acompanhamento na fé, para os docentes, estudantes, famílias dos estudantes que frequentam a escola e a universidade católica?*
- *É promovida a participação dos estudantes na vida da instituição educativa?*
- *É promovida a participação das famílias?*
- *Quais são as expectativas dos jovens que se inscrevem nas escolas superiores e na universidade e de que modo a proposta educativa sabe dialogar com estas expectativas?*
- *Há um cuidado particular para com aqueles que têm dificuldades económicas?*
- *Há um cuidado particular para com os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou deficiência?*
- *São promovidas iniciativas para os ex-alunos?*
- *As congregações religiosas de carisma educativo como actualizaram a sua presença nas escolas e nas universidades? Que dificuldades e que resultados positivos obtiveram?*
- *Como é promovida a missão partilhada das pessoas consagradas e dos fiéis leigos nas escolas e nas universidades católicas?*

3. FORMAÇÃO

- *Como é feito o recrutamento do pessoal, particularmente o de docente e o de dirigente?*

- *Como está estruturada e é garantida a formação contínua, profissional e cristã, do pessoal dirigente, docente e não docente?*

- *Existe um cuidado formativo junto daqueles que trabalham nas escolas e nas universidades não católicas?*

- *O cuidado formativo envolve também os pais?*

- *Existe o cuidado para que haja cooperação entre as várias escolas e a universidade católica?*

4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

- *O Instrumentum laboris elenca vários desafios que, hoje, a educação católica deve enfrentar. Quais são aqueles desafios que são mais difíceis no vosso contexto?*

- *Como se situam as escolas e a universidade católica diante destes desafios?*

- *Quais são, em síntese, os aspectos mais positivos da experiência das escolas e da universidade católica no vosso País?*

- *E quais, pelo contrário, os aspectos mais críticos?*

- *Que linhas estratégicas e operativas foram já propostas ou podem ser apontadas para o futuro?*

[1] «É preciso recordar-se sempre de que somos irmãos; por isso, é necessário educar e educar-se para não considerar o próximo como um inimigo nem um adversário a eliminar», PAPA FRANCISCO, *Fraternidade, fundamento e caminho para a paz*, Mensagem para a Jornada Mundial da Paz (2014), n. 8.

[2] CONCÍLIO VATICANO II, Declaração sobre a educação cristã *Gravissimum educationis*, 28 de Outubro de 1965.

[3] JOÃO PAULO II, Constituição apostólica *Ex corde Ecclesiae* sobre as Universidades católicas, 15 de Agosto de 1990.

[4] Cf. BENTO XVI, Discurso aos participantes do encontro dos reitores e professores das universidades europeias sobre “Um novo humanismo para a Europa. O papel das Universidades”(23 de Junho de 2007).

[5] «Despertem o mundo!». *Diálogo do Papa Francisco com os Superiores Gerais*, em *La Civiltà Cattolica*, n. 3925, 4 de Janeiro de 2014, p. 17.

[6] Documentos: *A escola católica* (1977); *O leigo católico testemunha da fé na escola* (1982); *Orientações educativas sobre o amor humano. Linhas gerais para uma educação sexual* (1983); *Dimensão religiosa da educação na escola católica* (1988); *A escola católica às portas do terceiro milénio* (1997); *As pessoas consagradas e a sua missão na escola. Reflexões e orientações* (2002); *Educar juntos na escola católica. Missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos* (2007); *Educar ao diálogo intercultural na escola católica. Viver juntos para uma civilização do amor* (2013). Também foram enviadas algumas Cartas circulares: Às Famílias religiosas e às Sociedades de vida apostólica com responsabilidade nas escolas católicas (N. 483/96/13 de 15 de Outubro de 1996); Às

Conferências Episcopais sobre a educação sexual nas escolas católicas (N. 484/96 de 2 Maio de 1997); Às Conferências Episcopais sobre o ensino da religião na escola (N. 520/2009 de 5 de Maio de 2009).

[7] Cf. 48ª sessão da Conferência internacional sobre a educação da UNESCO, Genebra (27-28 de Novembro de 2008); Cf. PAPA FRANCISCO, Exortação apostólica *Evangelii gaudium* (24 de Novembro de 2013), n. 186 ss.

[8] PAPA FRANCISCO, *Discurso aos estudantes das escolas dos Jesuítas na Itália e Albânia* (7 de Junho de 2013).

